



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

9ª MOSTRA NACIONAL DA QUALIDADE NO PODER JUDICIÁRIO

PORTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CUIABÁ- AGOSTO DE 2009



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Introdução

Identificação

- Do órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
- Da unidade: ASTIC – Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
- Email: marcelokobayashi@trt23.jus.br

Nome do trabalho

Arquitetura da Informação da Justiça do Trabalho

Nome do responsável e equipe

- Marcelo Massayuki Kobayashi;
- Comitê de gestão do conhecimento

Delimitação da ação

Tecnologia da Informação aplicada à atividade judiciária

Objetivos

Criação de um modelo de arquitetura da informação que permita organizar os conteúdos produzidos e publicados no âmbito da Justiça do Trabalho; criação dos modelos e instrumentos para a implantação do modelo arquitetural definido; definição dos fluxos de publicação de conteúdos; definição da governança dos modelos definidos de forma a garantir a sua efetividade e constante atualização.

Metas

- Definição do modelo de arquitetura da informação;
- Implantação de serviços especializados em colaboração, gestão de conteúdo, publicação e gestão da informação;
- Implantação do Portal-JT.



Desenvolvimento

O principal argumento para a proposta da arquitetura da informação em qualquer organização é a visão de que a informação é um recurso valioso que deve ser utilizado de maneira efetiva.

Alguns fatores que tornam a arquitetura da informação necessária no contexto organizacional:

- Quantidade de informação: atualmente a quantidade de informação relevante para tomada de decisão no nível estratégico é enorme. Além disso, Magistrados e servidores também utilizam um vasto conjunto de informações relevante em suas atividades diárias. Independente do uso e destino, a informação cresce de maneira exponencial (explosão informacional);
- Diversidade de fontes: As informações relevantes há tempos deixaram de se limitar ao escopo de relatórios e saídas de sistemas de informação. Para tomada de decisão fontes de informação não estruturada são cada vez mais necessárias e também volumosas. A própria atividade fim da Justiça do Trabalho também requer freqüentemente, a utilização de informações contidas em documentos, resultantes de consulta à Internet, multimídia, etc.;
- Produtos informacionais: os produtos cada vez mais dependem da informação ou são simplesmente informações também. No poder judiciário, a natureza da atividade tem a informação como insumo e resultado de vários dos processos de negócio;
- Velocidade da informação: Esse item geralmente vem associado à dependência da tecnologia. Atualmente a velocidade com que a informação é criada e disseminada torna impossível que não se utilize tecnologia da informação e das comunicações;
- Qualidade da informação: Não se pode mais conceber a tomada de decisão ou a informação como insumo sem considerar sua qualidade. Qual a relevância da informação? Ela é precisa? Continua atual?
- Internet: a Internet elevou a comunicação e conseqüentemente a colaboração a níveis nunca antes imaginados. A produção de tanto conteúdo passa a exigir um novo estágio tecnológico para acesso a essas informações

Em resumo, a arquitetura da informação visa trazer ferramentas que permitam explorar grande volume de dados, informação e conhecimento de maneira eficaz; maximizar o uso de tecnologia da informação e das comunicações; reduzir os custos de lidar com a informação; e por fim extrair conhecimentos da informação que existe em bases de dados.

O desafio se torna mais evidente se, além de mencionarmos o aspecto estratégico e os principais processos de negócio, se incluir, os usuários que consomem a informação produzida pela JT, como, por exemplo, advogados, partes, estudantes, etc. Nesse sentido é importante estabelecer a necessidade de conhecer melhor este público.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Em recente pesquisa realizada como trabalho de conclusão de curso de pós-graduação, os alunos Cláudio Stuepp e Cezarina Franca produziram diversos questionários que foram aplicados a magistrados, servidores, advogados e o público em geral. Alguns números demonstram que é preciso aperfeiçoar a relação com o jurisdicionado. No Rio de Janeiro, por exemplo, 52% dos usuários se consideram aptos a utilizar ferramentas de tecnologia da informação como forma de acesso a informações importantes ou necessárias no âmbito da JT. Quase metade dos usuários não teria como declarado, condições de acessar qualquer informação através do sítio Internet, por exemplo. Esse panorama deve ser levado em consideração para a promoção de iniciativas relacionadas à gestão da informação.

Dados, informação e conhecimento

Durante a exposição de motivos para a elaboração desta proposta o termo gestão do conhecimento foi citado como resultado desta e outras iniciativas conjuntas. Essa visão é influenciada pelo termo ecologia da informação, descrito por Thomas Davenport.

A ecologia da informação pressupõe a interdependência dos conceitos de dados, informação e conhecimento. De maneira simples, podemos afirmar que:

DADOS	INFORMAÇÃO	CONHECIMENTO
Simple observações sobre o estado do mundo <ul style="list-style-type: none">• Facilmente estruturado• Facilmente obtido por máquinas• Frequentemente quantificado• Facilmente transferível	Dados dotados de relevância e propósito <ul style="list-style-type: none">• Requer unidade de análise• Exige consenso em relação ao significado• Exige necessariamente a mediação humana	Informação valiosa da mente humana. Inclui reflexão, síntese, contexto <ul style="list-style-type: none">• De difícil estruturação• De difícil captura em máquinas• Frequentemente tácito• De difícil transferência

Dados, visão e conhecimento na visão de Davenport

Impossível não mencionar a característica de que a complexidade cresce no sentido: “dado → conhecimento”, assim como a necessidade de interação humana. Alguns autores hierarquizam esses elementos considerando os dados a base de uma pirâmide tendo o conhecimento como o topo.

Neste ponto é importante observar que o conhecimento relaciona-se fortemente com a característica humana, de difícil transmissão. Já os dados existem em diversas formas. A diferença para a informação é a importância, o contexto. Os dados não possuem essa característica, já a informação é contextualizada, possui significado e frequentemente outros atributos como valoração.

A existência do conceito de informação pressupõe uma visão humanista dos processos de negócio, pois se houvesse apenas a necessidade de utilizar dados, as máquinas (computadores) poderiam suprir toda e qualquer necessidade de processamento. Já o conceito de informação possui, necessariamente, maior participação humana, em tarefas importantes para que a informação seja útil e efetiva.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Só é possível gerenciar e obter resultados consistentes em relação à informação (gestão da informação) se houver esforços humanos especificamente voltados para tal finalidade. Só existirá arquitetura da informação se houver trabalho especializado para estruturar a informação.

Portais corporativos

“Em resumo, o que os usuários gostariam a princípio seria a possibilidade de encontrar informação relevante e fontes de conhecimento; codificar e publicar seus conhecimentos com um processo mais simples; e ferramentas que permitam a colaboração on-line” (TERRA, 2002, p. 96).

Os portais aumentam a eficiência do trabalho em equipe e tornam possível o uso de informações corporativas de maneira a aumentar a produtividade do trabalhador do conhecimento.

Uma das premissas básicas de um portal corporativo, sustentada pelas práticas de gestão do conhecimento é a “facilidade de acesso à informação e acesso aos resultados do negócio a partir de várias perspectivas” (TERRA, 2002, p. 98). Os portais corporativos devem permitir o acesso a informações em bases estruturadas de dados (Business Intelligence, armazém de dados), informações transacionais ou comerciais (ERP ou sistemas de recursos humanos) e informações não estruturadas, como documentos, emails, páginas web, e outras ferramentas de colaboração como agendas compartilhadas, fóruns de discussão e etc. (TERRA, 2002, p. 99). Esse acesso às informações deve ser facilitado pela implementação de ferramentas de busca eficientes e intuitivas, com vários critérios de seleção. As ferramentas mais eficientes nesse quesito utilizam fortemente os conceitos de arquitetura da informação.

Terra também aponta a característica marcante dos portais em sua evolução: existem três camadas que proporcionam as funcionalidades aos usuários, e que são considerados os componentes-chave da arquitetura dos portais:

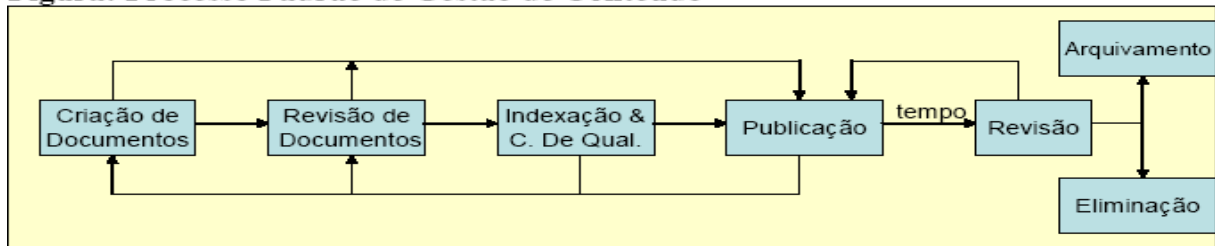
- Camada de apresentação: comumente a que recebe mais cuidados por partes dos profissionais de informática, caracteriza-se por permitir a personalização aos usuários, que podem definir a informação a ser acessada, bem como a maneira que será organizada. Com isso é possível ao usuário o acesso a ambientes mais intuitivos, relevantes e contextualizados;
- Soluções de busca: que trazem taxonomias e outros conceitos importantes para garantir resultados que integram várias fontes de informação, agregado sofisticação e tornando os sistemas mais intuitivos para o usuário final. Quanto mais eficiente a taxonomia utilizada, mais fácil será encontrar a informação desejada, com menos tempo perdido e resultados não relevantes para o critério escolhido;
- Aplicações WEB e integração: através da mesma interface web é possível, nos portais corporativos, o acesso a diferentes sistemas, de maneira integrada, na mesma interface apresentada ao usuário final.



Gerenciamento de conteúdo

Outro conceito importante relacionado aos portais corporativos e à gestão do conhecimento é o do gerenciamento de conteúdos. São sistemas que permitem que clientes e usuários de informações sejam os responsáveis pela publicação de conteúdos. Permitem dessa maneira a descentralização dos processos de publicação e disseminação de informações pela organização. Antes era necessária a intervenção de profissionais de TI nesse processo. O fluxo básico do gerenciamento de conteúdo pode ser representado pela figura:

Figura: Processo Padrão de Gestão de Conteúdo



Gestão de conteúdo Fonte: TERRA, 2002, p. 114

Outros efeitos são consideráveis no contexto organizacional, pois além da própria gestão do conhecimento, os sistemas de gerenciamento de conteúdo trazem consigo a integração com ferramentas de e-learning e de automação do próprio ciclo de gestão da informação.

Morville e Rosenfeld definem semelhanças entre arquitetura da informação e gerenciamento de conteúdo. De acordo com os autores, trata-se de lados complementares de uma mesma moeda. De um lado a arquitetura da informação proporciona uma visão imediata, uma fotografia ou visão espacial do sistema de informação, enquanto os sistemas de gerenciamento de conteúdo mostram a visão temporal do fluxo da informação (como ela é introduzida, disseminada e utilizada pelos usuários) ao longo do tempo. Trata-se, portanto de um conceito relacionado com a propriedade dos conteúdos, bem como de integração de política processos e tecnologias para dar suporte a esse ambiente dinâmico.

Arquitetura da informação

"Se ouvir com atenção o que dizem os gerentes de processamento de dados ou os diretores de informação, verá que eles falam principalmente sobre como suas redes de alta tecnologia lidam bem com dados. É quase como ouvir arquitetos high-tech gabar-se de seus projetos: ficam tão entusiasmados com o projetos das casas que se esquecem de que famílias terão de morar nelas" (Davenport, 1998, p. 200)

Thomas Davenport cita a arquitetura da informação como um dos elementos principais do ambiente organizacional que compõem o conceito de ecologia da informação (estratégia, processo de gestão da informação, equipe especializada em informação, cultura/comportamento, política e arquitetura). Um dos efeitos, da inexistência da arquitetura da informação é o tempo perdido na busca por informações. Em média (nos anos 90), um gerente perdia cerca de 17% de seu horário de trabalho em busca de informações. Imagino que com a explosão de conteúdos relevantes os trabalhadores do conhecimento e sem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

a adoção de arquitetura da informação esse tempo provavelmente será equivalente ou maior.

Em conversas informais com magistrados e servidores, percebemos que muito tempo é consumido para encontrar documentos, leis, jurisprudências, artigos doutrinários. Muitas vezes tempo considerável é gasto lendo documentos que, ao fim se mostram irrelevantes para a necessidade do usuário.

Em um universo com grande número de documentos, restringir a busca a um número reduzido de documentos torna o processo mais eficiente e rápido. Assim, uma das estratégias apontadas para a efetiva gestão da informação é a utilização de sistemas de busca.

Outro item presente, segundo Davenport, nos sistemas informacionais sem a presença da arquitetura da informação é a redundância. Em várias situações, quando um usuário procura uma informação e não a encontra, a busca, criação ou aquisição se torna inevitável. Nesse ponto de vista o custo se torna inevitavelmente maior e corre-se o risco de existirem informações divergentes sobre o mesmo assunto, causando, eventualmente sérios problemas de uniformidade de decisões baseadas nessas informações.

A origem do termo arquitetura da informação tem forte inspiração da profissão do arquiteto. Como uma analogia de conceitos, alguns especialistas apontam a porta como equivalente aos links de páginas Internet.

Uma reflexão que podemos fazer é a relação com os produtos da arquitetura tradicional e da arquitetura da informação. Podemos construir prédios e edificações ou sistemas de informação, idealizando, moldando, criando espaços e caminhos. Porém uma vez pronto o edifício (e o sistema de informação) molda nosso comportamento.

Podemos, por analogia, adquirir um imóvel já construído, assim como um sistema de informação ou uma arquitetura já definida. Porém o contexto e as necessidades específicas ficam prejudicados ou são simplesmente ignorados a partir de então. Não se trata de situação indesejada. Todas as organizações passam por essa fase inicialmente, e se não houver necessidade intensiva de informações e conhecimento (no caso da arquitetura da informação) não há problemas em não investir nessa área. A necessidade de melhor desempenho é que justifica o investimento em Arquitetura da Informação.

Assim, Evernden e Evernden definem a arquitetura da informação como uma disciplina que descreve a teoria, os princípios, linhas gerais, padrões, convenções e outros elementos para gerenciar a informação como um recurso à disposição das organizações. Alguns produtos da Arquitetura da Informação seriam desenhos, diagramas, planos, documentos, mapas de conteúdo, modelos, etc. Tudo com vistas a tornar o processo de gestão da informação mais eficiente.

Já Morville e Rosenfeld definem a Arquitetura da Informação como a intersecção de contexto, conteúdo e usuários:

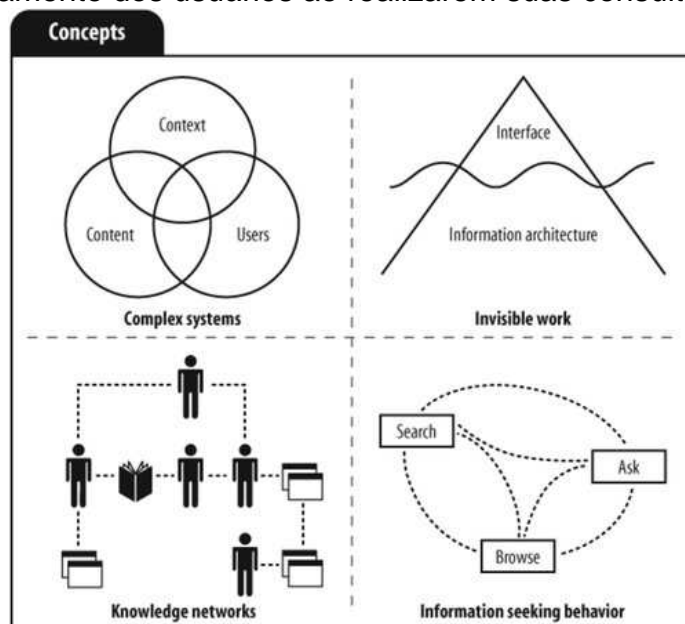


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

- Contexto: Missão, valores, objetivos, estratégias, pessoal, processos e procedimentos, infra-estrutura física e tecnológica, recursos financeiros e cultura únicos;
- Conteúdo: documentos, aplicações e serviços, estrutura de organização dos conteúdos existentes, estimativas de crescimento;
- Usuários: tarefas, necessidades, comportamento ao buscar a informação desejada, experiência, acessos, enfim, tudo relacionado aos usuários.

Algumas observações importantes:

- A interface é apenas a “ponta do iceberg” em sítios que utilizam a arquitetura da informação. Alguns conceitos ou tecnologias invisíveis aos usuários, porém fundamentais para o funcionamento dos portais: vocabulários controlados, algoritmos de busca de informações, etc;
- As redes de conhecimento fazem parte da arquitetura, assim como o comportamento dos usuários ao realizarem suas consultas.



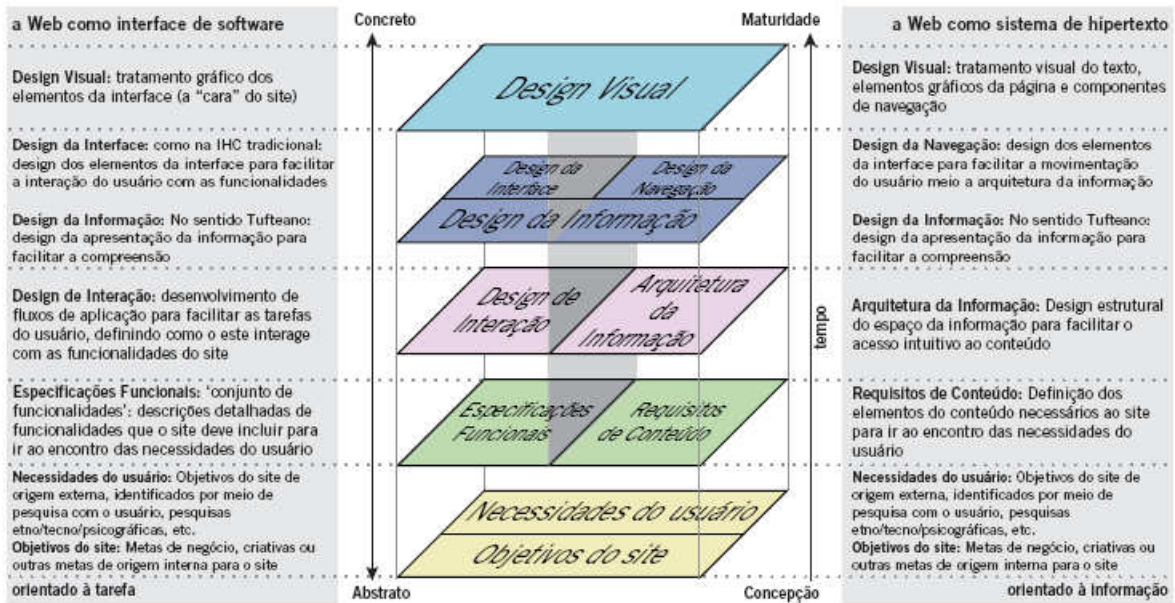
Morville & Rosenfeld, 2006

Assim, a arquitetura da informação não se restringe ao design gráfico, nem ao desenvolvimento de sistemas ou critérios de acessibilidade e usabilidade. A interface é apenas a ponta o iceberg.

Muita da confusão que se estabelece em relação à interface se refere à própria evolução da Internet, que antes se restringia a exibição de conteúdos estáticos, ou simplesmente um conjunto de dados ou informações organizadas sob a forma de hipertextos. Atualmente sistemas de informação “rodam” em ambiente de Internet, trazendo a necessidade de ampliação do modelo de arquitetura simplesmente baseado em informação. Agora a arquitetura deve também levar em consideração as funcionalidades. Assim, outra máxima da arquitetura segue presente no ambiente informacional: a relação entre forma e função. O mínimo que se pode afirmar é que são interdependentes.



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO



Os elementos da experiência do usuário (GARRET).

José Cláudio C. Terra, ao abordar o conceito de taxonomia em relação aos portais, afirma que se trata de elementos que visam estruturar de maneira estratégica os negócios baseados em informação e conhecimento, objetivando classificar e facilitar o acesso à informação. De maneira simplificada podemos citar alguns exemplos de taxonomias, como a ordenação alfabética, a ordem cronológica (linha da vida), apresentação geográfica, e outras como a organização de pastas e arquivos em sistemas operacionais.

A figura abaixo mostra a visualização de informações através de mapas geográficos, no caso da jurisdição do TRT da 23ª região. Ao clicar em determinado município são exibidas informações específicas da vara do trabalho selecionada.



Organização geográfica - Fonte: www.trt23.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Uma das premissas da taxonomia é a de representação de conceitos para facilitar a comunicação entre especialistas e não especialistas de maneira a trabalhar a informação como um processo que leva naturalmente ao conhecimento. Um exemplo básico é o do “cloreto de sódio” para os especialistas. Trata-se simplesmente do sal para os leigos. A diferença entre os conceitos torna a comunicação difícil. Situação semelhante encontramos entre especialistas dos mais diversos ramos do poder judiciário, como por exemplo, especialistas em orçamento, recursos humanos, tecnologia da informação e das comunicações, magistrados, etc.

Proposta de trabalho

A proposta de trabalho para implantação da arquitetura da informação segue o modelo proposto por Morville e Rosenfeld e considera as fases de pesquisa, definição de estratégia, desenho e implementação. Naturalmente deve haver a administração uma vez que o conceito de arquitetura se refere a disciplina, processo, não a iniciativa ou projeto.



Diagnóstico

O comitê de gestão do conhecimento, responsável pela arquitetura da informação, antes de iniciar as reuniões com usuários, colaboradores, patrocinadores e outras equipes, devem definir ou possuir respostas às seguintes perguntas:

- Quais são os objetos a serem alcançados a curto e longo prazos?
- Qual é o plano de negócio? Existe um Planejamento estratégico? Como é a política organizacional?
- Qual a programação orçamentária? Qual o orçamento disponível?
- Quais são os usuários do sítio?
- Porque um usuário acessaria este sítio? Quais os motivos que ensejariam novos acessos?
- Que operações podem ser realizadas pelos usuários?
- Como será o processo de gerenciamento de conteúdos? Quem conduzirá o processo?
- Qual a estrutura tecnológica disponível para o projeto?
- Que iniciativas deram certo no passado? Quais não deram?

A primeira iniciativa de pesquisa é realizada pela equipe responsável pelas definições estratégicas do portal. No caso da Justiça do Trabalho a ASTIC poderia ser responsável pelas decisões em reunião conduzida pelo comitê de gestão do conhecimento. As questões abaixo poderiam ajudar a definir um roteiro básico dessa reunião.

- Quais os objetivos desse sítio?
- Quem é o público alvo?
- Quais são os conteúdos e funcionalidades planejados para o sítio?
- Quem estará envolvido nesta iniciativa?
- Quando o resultado deve ser alcançado?
- Que riscos ou obstáculos são previstos?



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Uma vez definidas as diretrizes estratégicas e os conteúdos a serem publicados no sítio é importante reunir os responsáveis pelos conteúdos para as definições específicas de gerenciamento de conteúdo. Abaixo o roteiro proposto:

- Quais as políticas (formais e informais) de inclusão de conteúdo?
- Existe um sistema de gerenciamento de conteúdo que permite o controle de autoria e publicação?
- Esse sistema (se existir) usa atributos e vocabulários controlados para o gerenciamento do conteúdo?
- Como o conteúdo é inserido no sistema?
- Qual a tecnologia utilizada?
- Quem é o responsável por cada conteúdo?
- Qual o objetivo do conteúdo? Que objetivos e visão estão relacionados a essa unidade (responsável por determinado tipo de conteúdo)?
- Quem é o público alvo?
- Qual o formato do conteúdo? Trata-se de conteúdo dinâmico ou estático?
- Quem mantém o conteúdo?
- Que serviços e conteúdos futuros estão planejados?
- Qual a origem do conteúdo? Como ele é extraído?
- Existem questões legais que impactam o processo de gerenciamento de conteúdo?

Além disso, para as interações subseqüentes, bem como para melhor conhecimento dos usuários dos conteúdos propostos para o sítio (já definidos) é importante a elaboração de pesquisa para conhecer melhor as necessidades desses usuários em relação aos produtos e serviços que serão desenvolvidos.

O próximo passo previsto na metodologia em análise é a reunião com a equipe de TI. As questões que compõem o roteiro são as seguintes:

- Seremos capazes de implantar efetivamente um software de gestão de conteúdo?
- Como podemos criar registros de metadados para suportar a identificação distribuída (distributed tagging)?
- Temos tecnologia para geração automática de índices (robôs)?
- Temos tecnologia para personalização?
- Qual flexível é o mecanismo de busca?
- O mecanismo de busca suporta vocabulário controlado em diferentes níveis de complexidade?
- Existe um sistema de registro de acessos e estatísticas de utilização com consultas existentes?

A próxima etapa de reuniões deverá ser realizada com os interessados no projeto. Podem ser considerados como interessados os líderes e gerentes das áreas e organizações envolvidas no projeto. A seguir o roteiro sugerido para as reuniões desta fase:

- Qual é o seu papel na organização? E da sua equipe?
- Como a organização poderia fazer uso do portal para melhorar os processos de negócio?
- Em sua opinião, quais são os principais desafios que a Intranet enfrenta?
- Que iniciativas estão em curso que o comitê de gestão do conhecimento deveria acompanhar?
- Você utiliza o portal existente? Quais os motivos? Se sim que seções? Com que freqüência?
- Existem incentivos diretos para quem compartilha o conhecimento?
- Quais são os fatores críticos para o sucesso do portal?
- Como esses fatores podem ser medidos? Qual o retorno esperado (ROI)?



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

- Quais as três prioridades para o redesenho do portal?
- Se pudesse dar um conselho ou diretriz para a equipe do portal, qual seria?
- Alguma pergunta deveria ter sido feita? Qual?

A partir desse ponto, é importante começar o planejamento das ações de suporte tecnológico ao projeto de implantação da arquitetura. Para isso é necessário analisar as condições tecnológicas disponíveis. Frequentemente, como fruto desse tipo de análise, são detectadas condições diferentes das necessárias para a continuidade do projeto. A diferença entre o existente e o necessário deve ser eliminada através de estratégias diversas como o desenvolvimento dos recursos adicionais necessários, aquisição de competências ou produtos, etc.

Ainda restam várias iniciativas de ordem prática envolvendo diretamente a análise dos conteúdos e a relação com os usuários que irão compor a audiência prevista. Nesse ponto faz-se necessária a contratação de consultoria especializada para análise e coleta de informações pertinentes.

Definição da estratégia

O principal objetivo dessa fase é a produção de um modelo conceitual de alto nível da estrutura e organização do portal. Através desse modelo é possível definir com mais clareza os rumos das atividades das próximas fases (implementação propriamente dita), que serão as mais caras. Imprescindível a participação de consultoria especializada.

Desenho e documentação

É difícil estabelecer definição precisa, pois esta fase é altamente relacionada com o contexto e as atividades de desenvolvimento são influenciadas pelo conhecimento tácito. Também deve ser realizada com apoio de consultoria especializada. Envolve:

- Elaboração da Taxonomia
- Construção do vocabulário controlado
- Elaboração dos artefatos de documentação: wireframes, blueprints e esquemas de metadados;
 - Redesenho dos processos de gestão da informação:
 - No TST e regionais
- Consolidação do processo

Implantação

- Capacitação
- Montagem da equipe de implementação ou equipe especializada em informação (Davenport)
- Definição do projeto de implementação (contratar ou executar)
 - Definição de ferramentas, plataformas e arquiteturas tecnológicas;
- Implementação da arquitetura nos produtos e serviços do portal
- Implantação do gerenciamento de conteúdos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Conclusão

A presente proposta possui como objetivo melhorar a gestão da informação no âmbito da Justiça do Trabalho. As definições de escopo, orçamento, infra-estrutura, outros participantes, prazos, e outros aspectos constituem decisão estratégica a ser tomada pela ASTIC para realização das atividades da fase de diagnóstico, que poderá ser realizada com o apoio de consultoria especializada, bem como poderá envolver a participação de um ou mais regionais em conjunto com o TST e eventualmente outros parceiros ou usuários envolvidos. A colaboração de todos é essencial para o sucesso da iniciativa.

Para as fases seguintes é necessária a contratação de consultoria especializada, a ser realizada por empresas como TERRAFORUM, IBM, entre outras, com expertise específica em implantação de projetos dessa natureza. Não se trata de delegar decisões estratégicas, mas de acelerar o prazo para conclusão das atividades.

Poderão ser realizados projetos com redução de escopo, que posteriormente irão compor o portal, de maneira a garantir a entrega de resultados em menor tempo, diminuir os custos da contratação de consultoria e permitir a evolução da equipe responsável em projetos menores. Exemplos de projetos com redução de escopo: processos de colaboração, estatística, jurisprudência, gestão de pessoas, orçamento, planejamento estratégico, etc.

A administração, atividade prevista na metodologia proposta, não possui prazo para conclusão, devendo ser realizada constantemente de maneira a manter a arquitetura definida atual e eficiente ao longo do tempo e das transformações a serem realizadas na JT.